CADERNOS
GESTÃO PÚBLICA
E CIDADANIA

CHAMADA DE TRABALHOS

RELIGIÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Editores Convidados

Catarina Segatto (FFLCH USP, Brasil)

Mario Aquino Alves (FGV EAESP, Brasil)

Andrea Pineda (FGV EAESP, Brasil)

Ingela Naumann (Université de Fribourg, Suíça)

As submissões prorrogadas até 31 de janeiro de 2025

No Brasil, a relação entre religião e políticas públicas é intrincada e profundamente enraizada na história e na cultura do país. A diversidade religiosa, marcada pela convivência de diversas tradições e crenças, desempenha um papel significativo na formulação e implementação de políticas governamentais. Desde questões sociais e educacionais até debates éticos e morais, as influências religiosas permeiam os discursos políticos e moldam as agendas legislativas. Nesse contexto, a análise das interações entre religião e políticas públicas no Brasil é essencial para compreendermos os mecanismos pelos quais as convicções religiosas influenciam a esfera pública e como as políticas governamentais respondem a essa influência, refletindo, assim, os contornos da sociedade brasileira contemporânea.

Há diversos estudos nacionais e internacionais nas Ciências Sociais sobre o papel da religião nas vidas dos indivíduos, na sociedade em geral e na política (Beraldo, 2022; Burity, 2006; Dias, 2008; Guadalupe & Grundberger, 2018; Ladim, 1997; Löwy, 1996; Machado, 2013; Maldonado & Beraldo, 2024; Mariano, 2011; Montero, 2006, 2012; Montero & Procópio, 2023; Rosas, 2018; Smith, 1998; Teixeira & Barbosa, 2022). Especificamente, na discussão sobre políticas públicas, há estudos internacionais sobre a importância das igrejas e das organizações religiosas na construção das políticas de bem-estar (Esping-Andersen,

1990; Huber & Stephens, 2001; Markkola & Naumann, 2014), dos valores e noções específicas sobre família, gênero e pobreza nas políticas públicas (Markkola & Naumann, 2004; Pavolini et al., 2017) e da atuação das organizações religiosas como prestadoras de serviços sociais e implementadoras de serviços públicos (Bielefeld & Cleveland, 2013; Manow, 2004).

No entanto, em que pese a importância da religião e das organizações religiosas, ainda é incipiente a discussão acadêmica sobre a relação entre religião e políticas públicas no Brasil. Desde a colonização portuguesa, a Igreja Católica teve um papel importante nas decisões políticas e na prestação de serviços sociais, principalmente assistência social, cuidados de saúde e serviços de cuidado infantil. A partir do final do século XIX e durante boa parte do século XX, as organizações religiosas católicas foram críticas ao chamar a atenção para questões específicas, especialmente relacionadas à pobreza e desigualdades. Setores mais progressistas da Igreja Católica também foram uma força fundamental de oposição à ditadura militar (Segatto et al., 2022).

Ainda que católicos sejam a principal denominação religiosa no Brasil, a Igreja Católica e as organizações religiosas católicas perderam espaço para as evangélicas, com o crescimento dos evangélicos e das igrejas evangélicas (Araújo, 2023). Esse crescimento influenciou a arena política, com a criação da Bancada Evangélica no Congresso Nacional (1987) e o aumento da eleição de políticos filiados a grupos pentecostais e neopentecostais (Lacerda & Brasiliense, 2018). Em 2019, grupos pentecostais e neopentecostais apoiaram a coalizão populista de direita que elegeu o Presidente Bolsonaro (2019-2022).

Alguns estudos recentes buscam aprofundar a discussão sobre espiritualidade e religião nas políticas de saúde (Lotta et al., 2023; Toniol, 2022). Importante também salientar a forte presença das religiões de matriz africana – sobretudo a Umbanda e o Candomblé – na esfera pública brasileira (Campos & Neri, 2020; Monteiro, 2006, 2012), sobretudo em áreas como saúde (Mello & Oliveira, 2013) e educação (Ferraro, 2019). Em que pese sua importância, ainda há poucos estudos que a sistematizem, devido a todos os processos de silenciamento envolvidos nas discussões sobre as influências das religiões e organizações religiosas de matriz africana na esfera pública.

CADERNOS
GESTÃO PÚBLICA
E CIDADANIA

A chamada de artigos sobre "Religião e políticas públicas no Brasil" convida pesquisadores e acadêmicos a explorar a complexa interseção entre religião e governança pública neste país diversificado e multifacetado. Diante de um contexto político, social e religioso em constante evolução, esta chamada busca investigar como as crenças, práticas e instituições religiosas influenciam e são influenciadas pelas políticas públicas, desde questões de saúde e educação até direitos civis e meio ambiente. Este número especial presente publicar textos inéditos que discutam teórica e empiricamente questões relacionadas à relação entre religião e políticas públicas no Brasil, ainda pouco exploradas no Brasil, mas fundamentais para a compreensão das trajetórias e mudanças recentes nas políticas públicas.

Os editores convidam à submissão de artigos que abordem a temática "Religião e políticas públicas no Brasil", explorando os seguintes tópicos:

- O papel das religiões e organizações religiosas na formulação de políticas públicas nos níveis nacional e subnacional.
- A influência dos valores religiosos sobre questões como família, gênero, pobreza, desigualdades e espiritualidade no contexto das políticas públicas.
- O engajamento das igrejas e organizações religiosas na implementação de políticas públicas em níveis subnacionais.
- A análise da atuação de coalizões formadas por grupos políticos e religiosos conservadores e sua influência em mudanças recentes nas políticas públicas brasileiras.
- As formas de expressão das religiões de matriz africana no ambiente de políticas públicas brasileiro.

Esperamos receber contribuições que ofereçam análises profundas, perspectivas interdisciplinares e *insights* originais, visando a compreensão mais ampla das dinâmicas entre religião e política no Brasil contemporâneo. O objetivo dessa proposta é incentivar o debate sobre religião e políticas públicas, bem como análises que discutam as relações entre ideias e atores, discursos e narrativas, instituições e/ou práticas nas políticas públicas. São

CADERNOS
GESTÃO PÚBLICA
E CIDADANIA

bem-vindos artigos com análises empíricas, revisões bibliográficas e discussões teóricas que contribuam com os temas elencados.

INSTRUÇÃO PARA SUBMISSÃO

Serão aceitos artigos teóricos ou teórico-empíricos, observadas a formatação geral e demais orientações na seção “Artigos” das Diretrizes para Autor da CGPC, disponíveis em https://periodicos.fgv.br/cgpc/autor.

Os trabalhos submetidos não devem ter sido publicados, aceitos para publicação ou estar sob consideração para publicação em outra revista. Os trabalhos adequados serão submetidos ao processo de avaliação por pares. Em caso de dúvida sobre esta chamada, envie mensagem para Catarina Segatto, no *e-mail* catarina.segatto@gmail.com.

Informações completas sobre esta chamada e sobre o periódico estão disponíveis em https://periodicos.fgv.br/cgpc/about/submissions. Em caso de dúvidas sobre os formatos, entre em contato com cadernosgpc-redacao@fgv.br.

SOBRE OS CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

A revista *Cadernos Gestão Pública e Cidadania (CGPC)* é publicada exclusivamente *on-line*, em acesso aberto, e usa o Open Journal Systems (OJS) no processo de submissão, avaliação duplo-cega e publicação do periódico. Os *CGPC* não praticam taxa de submissão e publicação de artigo (APC-Author Processing Charge).

FGV EAESP

REFERÊNCIAS

Araújo, V. (2023). *Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do ultimo século (1920-2019)* (Notas Técnicas n. 20). Centro de Estudos da Metrópole. https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/noticia/igrejas-evangelicas-abriram-17-novos-templos-em-media-por-dia-no-brasil-em-2019

Beraldo, A. (2022). *Negociando a vida e a morte: Estado, igreja e crime nas margens urbanas*. EdUFSCar.

Bielefeld, W., & Cleveland, W. S. (2013). Faith-based organizations as service providers and their relationship to government. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, *42*(3), 468-494. https://doi.org/10.1177/089976401348516

Burity, J. A. (2006). *Redes, parcerias e participação religiosa nas políticas sociais no Brasil*. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.

Campos, R. B. C., & Neri, R. (2020). Religiões afro-indo-brasileiras e esfera pública: Um ensaio de classificação de suas formas de presença. *Religião & Sociedade*, *40*, 133-156. https://doi.org/10.1590/0100-85872020v40n1cap06

Dias, C. C. N. (2008). *A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo: Religião e violência na prisão*. Editora Humanitas.

Esping-Andersen, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton University Press.

Ferraro, C. C. (2019). *Religiões afro-brasileiras na escola: Silenciamentos que a lei 10.639/03 (ainda) não pôde revogar* (Tese, Universidade de São Paulo).

Guadalupe, J. L. P., & Grundberger, S. (Orgs.). (2018). *Evangélicos y poder en América Latina*. Konrad Adenauer Stifung, Instituto de Estudios Social Cristianos.

Huber, E., & Stephens, J. D. (2001). *Development and crisis of the welfare state: Parties and policies in global markets*. University of Chicago Press.

Lacerda, F., & Brasiliense, J. M. (2018). Brasil: La incursion de los Pentecostales en el Poder Legislativo brasileño. In J. L. P. Guadalupe & S. Grundberger (Orgs.), *Evangélicos y poder en América Latina* (pp. 141-179). Konrad Adenauer Stifung.

Landim, L. (1997). NGOs and philanthropy in Latin America: The Brazilian case. *Voluntas, 8*(4), 351-370.

Lotta, G., Cortez, A. C., Magri, G., Costa, M. I. S., Rosa, T. B., & Almeida, D. N. (2023). "Jesus speaks better": Interactions between State and faith-based organizations in service implementation. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 53(2), 402-427. https://doi.org/10.1177/08997640231165525

Löwy, M. (1996), *The war of Gods: Religion and politics in Latin America*. New Left Books.

Machado, C. (2013). "É muita mistura": Projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, *33*, 13-36. https://doi.org/10.1590/S0100-85872013000200002

Maldonado, J., & Beraldo, A. (2024). The law of God, the law of the State and the law of Crime: An anthropological account of the consolidation of multiple normative regimes in Brazilian urban margins. *Legal Pluralism and Critical Social Analysis*, 1-24. https://doi.org/10.1080/27706869.2024.2310365

Manow, P. (2004). "The good, the bad, and the ugly: Esping-Andersen's regime typology and the religious roots of the Western welfare state, MPIfG working paper, No. 04/3, http://hdl.handle.net/10419/44286

Mariano, R. (2011). Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, *11*(2), 238-258.

https://doi.org/10.15448/1984-7289.2011.2.9647

Markkola, P., & Naumann, I. K. (2014). Lutheranism and the Nordic welfare states in comparison. *Journal of Church and State*, *56*(1), 1-12. https://doi.org/10.1093/jcs/cst133

Mello, M. L., & Oliveira, S. S. (2013). Saúde, religião e cultura: Um diálogo a partir das práticas afro-brasileiras. *Saúde e Sociedade*, *22*, 1024-1035. https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000400006

Montero, P. (2006). Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, 74, 47-65. https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100004

Montero, P. (2012). Controvérsias religiosas e esfera pública: Repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, *32*, 167-183. https://doi.org/10.1590/S0100-85872012000100008

Montero, P., & Procópio, C. (2023). *Arquiteturas religiosas e a construção da esfera pública*. Edusp.

Pavolini, E., Béland, D., & Jawad, R. (2017). Mapping the relationship between religion and social policy. *Journal of International and Comparative Social Policy*, *33*(3), 240-260. https://doi.org/10.1080/21699763.2017.1363801

Rosas, N. (2018). Heterossexualidade e homossexualidade: Prescrições sobre o uso do corpo das mulheres evangélicas. *Religião & Sociedade*, *38*, 176-197. https://doi.org/10.1590/0100-85872018v38n2cap06

Segatto, C. I., Alves, M. A., & Pineda, A. (2022). Populism and religion in Brazil: The view from education policy. *Social Policy and Society*, *21*(4), 560-574. https://doi.org/10.1017/S147474642100004X

Smith, B. H. (1998). *Religious politics in Latin America, Pentecostal vs. Catholic*. University of Notre Dame Press.

Teixeira, J. M., & Barbosa, O. A. (2022). A mulher e a família: Agenda pentecostais na disputa pela gramática dos direitos humanos, *(SYN)THESIS*, *15*(1), 89-105. https://doi.org/10.12957/synthesis.2022.69311

Toniol, R. (2022). *Espiritualidade incorporada: Pesquisas médicas, usos clínicos e políticas públicas na legitimação da espiritualidade como fator de saúde*. Editora Zouk.